



Caderno de Negociação

DIEESE

Número 73 - janeiro de 2024

GREVES

Greves em 2023: contra atrasos e por reajuste de salários

No Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do DIEESE, foram registradas, até o momento, cerca de mil greves em 2023 – o que possivelmente indica estabilidade em relação a 2022.

O reajuste salarial está entre as principais reivindicações. É o item mais mencionado no serviço público (em 52% dos casos) e nas empresas estatais (em 40%). Nas empresas privadas, vem em terceiro lugar (em 26% das pautas). A preocupação com as condições de trabalho é compartilhada por profissionais do serviço público (29%) e das estatais (23%), assim como a reivindicação por mais investimentos (30% entre os primeiros, 21% entre os seguintes).

A denúncia contra os salários em atraso (em 45% das pautas) e as questões relativas à alimentação (em 32%) caracterizam as reivindicações dos trabalhadores nas empresas privadas; os protestos contra projetos de privatização aparecem em 28% das pautas dos trabalhadores nas empresas estatais; e a exigência de cumprimento dos pisos salariais legais do magistério e da enfermagem, em 47% das pautas dos trabalhadores no serviço público.

Questões relativas ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários - implementação, cumprimento, aprimoramento - são também relevantes (presentes em 26% das pautas dos servidores).

Principais reivindicações das greves Brasil, 2023

Reivindicação	%
Privadas	
Atraso de salário	45,2
Alimentação	31,8
Reajuste salarial	25,9
Estatais	
Reajuste salarial	39,5
Privatizações	27,9
Condições de trabalho	23,3
Serviço público	20,9
Servidores públicos	
Reajuste salarial	52,4
Piso salarial	46,7
Serviço público	30,3
Condições de trabalho	29,1
PCS - Plano de Cargos e Salários	26,2

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG

NEGOCIANDO
O DIEESE NA PALMA DA SUA MÃO

Disponível para iOS e Android



MERCADO DE TRABALHO

Salário mínimo cresce 5,64% acima da inflação e fica em R\$ 1.412

O salário mínimo oficial do Brasil é de R\$ 1.412 desde 1º de janeiro, o que representa ganho real de 5,64% sobre o valor de maio de 2023 (mês do reajuste anterior).

O aumento nominal de R\$ 1.320 para R\$ 1.412 foi de 6,97%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aumentou 1,26%, de maio a dezembro. Em relação

a janeiro de 2023, quando o salário mínimo era de R\$ 1.302, o aumento real é de 4,57%.

Levantamento do DIEESE estima que, além de 26 milhões de beneficiários do INSS, 33 milhões de trabalhadores têm rendimento referenciado no salário mínimo. O reajuste significará incremento de renda de R\$ 70 bilhões na economia e de R\$ 38 bilhões na arrecadação tributária sobre o consumo.

Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 92,00

Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional da Renda Anual - R\$ (b)	Arrecadação Tributária Adicional R\$ (c)
Beneficiários do INSS	17.551	20.991.265.100	11.314.291.889
Empregados	26.249	31.394.172.368	16.921.458.906
Conta-própria	17.551	20.991.265.100	11.314.291.889
Trabalhadores Domésticos	11.010	12.154.524.432	6.551.288.669
Empregadores	336	371.257.536	200.107.812
Total	59.320	69.902.748.160	37.677.581.258

Fonte: DIEESE.
Nota técnica nº 281

FINANÇAS PÚBLICAS

Em 2024, piso dos professores é fixado em R\$ 4.580,57

A Portaria nº 7, divulgada pelo Ministério da Educação (MEC), em 29/12/23, atualizou o Valor Aluno Ano Fundeb (Vaaf) e o Valor Aluno no Ano Total (Vaaf) para 2023. Esses valores são utilizados como referência para o estabelecimento do piso salarial dos professores. Como resultado, o piso salarial profissional nacional (PSPN) dos professores da educação básica foi fixado em R\$ 4.580,57 para 2024.



Fonte: Freepik

Evolução do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos professores da Educação básica pública – Brasil – 2009 a 2024

Ano	Nominal	Reajuste
2009	R\$ 950,00	
2010	R\$ 1.024,67	7,9%
2011	R\$ 1.187,02	15,8%
2012	R\$ 1.451,00	22,2%
2013	R\$ 1.567,00	8,0%
2014	R\$ 1.697,00	8,3%
2015	R\$ 1.917,78	13,0%
2016	R\$ 2.135,64	11,4%
2017	R\$ 2.298,59	7,6%
2018	R\$ 2.455,35	6,8%
2019	R\$ 2.557,74	4,2%
2020	R\$ 2.886,24	12,8%
2021	R\$ 2.886,24	0,0%
2022	R\$ 3.845,63	33,2%
2023	R\$ 4.420,55	14,95%
2024	R\$ 4.580,57	3,62%

Fonte: MEC. Fundeb

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Dados preliminares: 77% dos reajustes de 2023 acima da inflação

De 48 categorias com data-base base em dezembro, que registraram instrumentos coletivos com cláusulas de reajuste no Mediador até 11/01, 83,3% tiveram ganhos reais nos salários e 17% conseguiram reajustes iguais ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). Não houve registro de reajustes abaixo da inflação. A variação real média dos reajustes do mês é, no momento, de 1,52% acima da inflação.

No acumulado de 2023, 77% dos reajustes ficaram acima do INPC, 17,3%, iguais à inflação e 5,7%, abaixo dela. A variação real média dos reajustes, em 2023, é de 1,11% acima do INPC.

Os números passarão por mudanças, com o registro de novos reajustes de 2023 no Mediador.

Nos últimos 12 meses, destacam-se as negociações da construção e mobiliário, com ganhos reais em 90,9% dos resultados analisados; e dos trabalhadores e trabalhadoras na saúde privada, com variação real média dos reajustes de 1,58% acima do INPC, a maior entre as analisadas.

Em relação aos pisos, os maiores foram os dos urbanitários (R\$ 1.848,82) e empregados no segmento dos transportes (R\$ 1.750,95).

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE e variação real média dos reajustes por categorias selecionadas - 12 meses

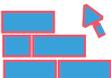
Valor médio dos pisos, em reais, por categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases

Categorias	Valor médio	Nº de pisos analisados
Rurais	R\$ 1.564,85	911
Alimentação	R\$ 1.613,41	1.673
Comerciários	R\$ 1.550,18	1.917
Construção e mobiliário	R\$ 1.689,00	1.716
Educação privada	R\$ 1.611,60	155
Metalúrgicos	R\$ 1.682,22	780
Químicos	R\$ 1.583,20	533
Saúde privada	R\$ 1.517,33	764
Vigilantes	R\$ 1.568,85	217
Transportes	R\$ 1.750,95	3.994
Turismo e hospitalidade	R\$ 1.493,84	2.183
Urbanitários	R\$ 1.848,82	123

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
jan/23	66,4%	21,5%	12,1%	0,63%	3.195
fev/23	67,5%	21,3%	11,2%	0,71%	878
mar/23	61,7%	31,7%	6,6%	0,68%	2.407
abr/23	64,5%	31,3%	4,2%	1,25%	911
mai/23	89,1%	8,8%	2,1%	1,45%	6.674
jun/23	85,2%	13,1%	1,7%	1,28%	1.616
jul/23	86,1%	13,1%	0,8%	1,97%	1.007
ago/23	79,2%	13,7%	7,1%	1,06%	658
set/23	71,5%	18,1%	10,4%	0,87%	1.045
out/23	74,3%	11,6%	14,2%	0,81%	571
nov/23	63,0%	32,6%	4,4%	0,82%	521
dez/23	83,3%	16,7%	0,0%	1,52%	48
Total 2023	77,0%	17,3%	5,7%	1,11%	19.531

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs. Dados atualizados até 11/01/2024

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE, variação real média dos reajustes por categoria selecionada - Brasil, últimas 12 datas-bases

RURAIS		ALIMENTAÇÃO		COMERCIÁRIOS		CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO	
	Acima 83,6% Igual 11,9% Abaixo 4,5%		Acima 79,2% Igual 15,3% Abaixo 5,5%		Acima 54,1% Igual 43,1% Abaixo 2,8%		Acima 90,9% Igual 6,8% Abaixo 2,3%
Variação média real	1,33%	Variação média real	1,00%	Variação média real	0,66%	Variação média real	1,54%
Total (nº de reajustes)	755	Total (nº de reajustes)	1.644	Total (nº de reajustes)	1.906	Total (nº de reajustes)	1.714
EDUCAÇÃO PRIVADA		METALÚRGICOS		QUÍMICOS		SAÚDE PRIVADA	
	Acima 66,9% Igual 25,1% Abaixo 8,0%		Acima 86,1% Igual 10,7% Abaixo 3,1%		Acima 80,1% Igual 16,1% Abaixo 3,8%		Acima 74,2% Igual 16,9% Abaixo 8,9%
Variação média real	0,64%	Variação média real	1,40%	Variação média real	0,93%	Variação média real	1,58%
Total (nº de reajustes)	299	Total (nº de reajustes)	829	Total (nº de reajustes)	533	Total (nº de reajustes)	817
VIGILANTES		TRANSPORTES		TURISMO E HOSPITALIDADE		URBANITÁRIOS	
	Acima 53,7% Igual 31,0% Abaixo 15,3%		Acima 87,5% Igual 8,9% Abaixo 3,6%		Acima 84,5% Igual 7,7% Abaixo 7,9%		Acima 58,1% Igual 35,2% Abaixo 6,7%
Variação média real	0,91%	Variação média real	1,36%	Variação média real	1,12%	Variação média real	0,45%
Total (nº de reajustes)	216	Total (nº de reajustes)	3.509	Total (nº de reajustes)	2.076	Total (nº de reajustes)	179

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs. Dados atualizados até 11/01/2024

Condições do local de trabalho

Cláusulas que tratam das condições do local de trabalho estão presentes em grande parte dos acordos e convenções negociados. As entidades sindicais se empenham em incluir cláusulas que assegurem ambiente laboral seguro, higiênico e confortável, para evitar riscos de acidentes e doenças para os empregados. Também há preocupação de que o trabalhador tenha acesso a instalações sanitárias adequadas e água potável. A seguir, algumas importantes cláusulas negociadas.

ADAPTAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO - A empresa procurará adaptar, individual e coletivamente, o ambiente de trabalho a condições aceitáveis ao conforto, higiene, funcionalidade e segurança, conforme as recomendações feitas pela área de segurança e medicina do trabalho.

ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA - A empresa fornecerá aos empregados, em suas instalações, espaço de convivência, com o objetivo de proporcionar um ambiente para descanso e interação nos horários de intervalo para refeição. Os empregados, por sua vez, se obrigam a

manter e zelar pela conservação desse espaço.

AMBIENTE E HIGIENE - A empresa assegurará aos empregados água potável, sanitários em condições de higiene, separados para homens e mulheres, armários individuais para roupas e pertences dos trabalhadores, quando o trabalho exigir a troca de roupa, chuveiro com água quente e papel higiênico nos sanitários.

ÁGUA POTÁVEL - A água potável oferecida aos empregados deverá ser submetida, trimestralmente, a análise bacteriológica, devendo o resultado ser afixado no quadro de avisos da empresa, com cópia enviada ao sindicato, a cada seis meses.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE SEGURANÇA E SAÚDE - ATIVIDADES PERIGOSAS E INSALUBRES - A empresa adotará todas as medidas necessárias para a promoção de um ambiente de trabalho seguro e salubre, com efetivo monitoramento e controle de riscos ambientais, visando à preservação da integridade dos empregados, e se compromete a fornecer todos os EPIs necessários, de acordo com o local de trabalho de cada empregado.



Graduação em CIÊNCIAS DO TRABALHO

**INSCREVA-SE
NO PROCESSO SELETIVO 2024**

Aulas no período noturno,
presenciais e virtuais

Bolsas de estudos
de até 90%



Inscreeva-se no processo seletivo 2024 da graduação em Ciências do Trabalho da Escola DIEESE e garanta bolsa de estudo de até 90%. O curso é reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) com nota 4, em uma escala que vai até 5.

Aulas de segunda a sexta-feira, no período noturno
Presenciais: 3 vezes por semana
On-line: 2 vezes por semana

Mais informações no site da Escola DIEESE
<https://escola.dieese.org.br/graduacao/>

E-mail:
contatoescola@dieese.org.br
Telefones: (11) 3821-2150 e 3821-2155
WhatsApp: (11) 94123-3789

Em 12 meses, preço da cesta segue tendência de queda

Em 2023, o valor da cesta básica diminuiu em 15 capitais onde o DIEESE realiza mensalmente a Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos. As reduções acumuladas mais expressivas, quando se compara dezembro de 2023 com o mesmo mês de 2022, foram registradas em Campo Grande (-6,25%), Belo Horizonte (-5,75%), Vitória (-5,48%), Goiânia (-5,01%) e Natal (-4,84%). Já as taxas positivas acumuladas ocorreram em Belém (0,94%) e Porto Alegre (0,12%).

As quedas mais significativas em 2023 foram verificadas nos itens destacados a seguir.

Carne bovina de 1ª – O aumento da disponibilidade de carne no mercado interno e a suspensão temporária da exportação para China resultaram na redução do valor do produto em todas as cidades da pesquisa.

Café em pó – O maior volume da safra de 2022/2023 - mais de 8% acima do esperado - causou retração nos preços do grão e do café em pó no varejo, em todas as capitais.

Óleo de soja – A safra recorde baixou o preço do grão e do óleo de soja, apesar da firme demanda em todas as cidades pesquisadas.

Custo e variação da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais - Brasil – dezembro e ano de 2023

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Variação 12 meses (%)
Porto Alegre	766,53	3,70	0,12
São Paulo	761,01	1,57	-3,83
Florianópolis	758,50	1,46	-1,39
Rio de Janeiro	738,61	1,42	-1,88
Brasília	698,74	4,67	-4,12
Campo Grande	697,69	3,39	-6,25
Curitiba	697,22	2,02	-0,21
Vitória	688,86	1,99	-5,48
Goiânia	669,36	3,20	-5,01
Belo Horizonte	656,29	2,60	-5,75
Belém	645,44	1,62	0,94
Fortaleza	630,38	-1,49	-3,61
Salvador	560,81	1,81	-1,73
Natal	556,06	-1,98	-4,84
João Pessoa	542,30	-1,10	-3,48
Recife	538,08	-2,35	-4,78
Aracaju	517,26	0,10	-0,73

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Feijão carioca – Ficou mais caro nos primeiros meses do ano devido à redução da área plantada e à menor produtividade da primeira safra, consequência das chuvas excessivas. Com a entrada da segunda e da terceira safra de feijão, as cotações baixaram.

As altas mais importantes foram observadas nos seguintes produtos:

Arroz – A maior demanda, interna e externa, principalmente a partir do segundo trimestre, elevou os preços do grão em todas as capitais pesquisadas.

Feijão preto – A menor oferta e a maior demanda, em especial desde o segundo trimestre do ano de 2023, encareceu o valor do grão nas cidades do Sul, em Vitória e no Rio de Janeiro, onde é pesquisado.

Farinha de mandioca – Mesmo com o aumento da área plantada e da produtividade, que elevou a oferta da raiz, o preço da farinha subiu na maioria dos estados no Norte e no Nordeste, puxado pela demanda firme, pela entressafra e pela instabilidade do clima, principalmente no Pará, um dos maiores produtores do país.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) - (jan/23 a dez/23)

INPC - IBGE	12 meses (%)
Índice Geral	3,71
- Alimentação e bebidas	0,33
- Alimentação no domicílio	-1,05
- Alimentação fora do domicílio	5,46

Fonte: IBGE

Índices de inflação	Dezembro de 2023 (%)	Jan/23 a Dez/23 (%)	Projeção de inflação		
			fev23 a jan/24 (%)	mar23 a fev/24 (%)	abr23 a mar/24 (%)
INPC	0,55	3,71	3,70	3,59	3,20
IPCA	0,56	4,62	4,54	4,35	3,89

Fonte: IBGE e BC. A projeção de realizada em 19/01 para janeiro ficou em 0,45%, para fevereiro, em 0,66%, e março, em 0,26%

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial - dezembro de 2023

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 6.439,62
Salário Mínimo	R\$ 1.320,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	4,88

Fonte: DIEESE